

O TERCEIRO MUNDO NA POLÍTICA INTERNACIONAL

PE. ROBERT BOSCH S. J.

O estudo aqui divulgado corresponde a uma reflexão crítica bastante lúcida e fundamentada sobre um fenômeno histórico da maior relevância em nossos dias: a projeção dos problemas, aspirações e expectativas do chamado Terceiro Mundo na consciência da humanidade. Na própria conceituação de "terceiro mundo" assinalam-se divergências e equívocos. A rigor, não cabe dar à expressão um sentido puramente histórico ou geográfico, mas antes reconhecer-lhe a conotação econômico-social, em termos de identificação pelo subdesenvolvimento. Ao autor do artigo interessa principalmente caracterizar "as transformações políticas que as revoluções do Terceiro Mundo estão induzindo no sistema das relações internacionais e discernir as chances de renovação no domínio das idéias políticas que o fenômeno pode oferecer aos filósofos da comunidade internacional".

NESTE trabalho tomamos o termo "terceiro mundo" no sentido que lhe atribuía o economista ALFRED SAUVY, quando o criou, há uma dezena de anos, por alusão ao Terceiro Estado, "Tiers Etat", da revolução francesa. Em discurso famoso, na Assembléia francesa, SEYÈS perguntava: "Que é o Terceiro Estado?", e respondia: "O Terceiro Estado não é nada" —nas estruturas políticas da França de 1789—; no entanto, "êle se estende em tôdas as direções e

aspira por ser alguma coisa". No mesmo sentido, dizia SAUVY, pelo ano de 1956, a maior parte das nações recentemente emancipadas da tutela colonial e a considerável parcela das populações da América Latina ainda não realmente integradas na vida nacional, não pesam praticamente nada, hoje, nas relações internacionais, e no entanto elas já se expandem em tôdas as direções, constituindo dois terços da humanidade, e querem ser alguma coisa.

Nesses dez anos, a expressão Terceiro Mundo firmou-se no vocabulário político e econômico de todos os países. Contudo, é entendida, por vêzes, como significando um terceiro mundo, além do mundo "imperialista" e do mundo "comunista", com uma conotação puramente histórica ou puramente geográfica. No primeiro caso, é identificado com os países que foram, um dia, colonizados pela Europa. Mas então, pergunta-se: por que não incluir nêle os Estados Unidos e a Ásia Central Soviética? No segundo caso, a acepção geográfica se torna muito equívoca na medida em que pretenda englobar na América Latina certos países, como a Argentina ou o Brasil, e mesmo na Ásia, países como o Líbano e o Koweit.

As grandes conferências do Terceiro Mundo, desde a Conferência de Bandung, em 1955, nunca puderam chegar a acôrdo quanto aos critérios que permitam a um país reclamar o direito de participar dessas assembléias, como foi o caso da Iugoslávia, por exemplo. A organização tricontinental de solidariedade entre os povos revolucionários criada em Havana em 1966 excluiu categoricamente, por motivos políticos, representantes de governos que, no entanto, se consideram membros do Terceiro Mundo. Na I Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, reunida em Genebra em 1964, o critério da classificação do Terceiro Mundo foi exclusivamente econômico. Para a II Conferência, que se reunirá em Nova Déli em 1968, já se fala em 85 Estados que farão parte do bloco do Terceiro Mundo. Representam, pois, mais de dois terços dos membros das Nações Unidas e muitos dentre êles bem pouco "revolucionários", no sentido em que êsse termo é tomado em Alger ou em Havana.

Essa confusão de vocabulário não deve, porém, ser causa de admiração. Basta refletir no fato de que a expressão acabou por designar o grande fenômeno histórico de nossa época, com toda a sua complexidade, suas variedades e suas contradições.

Os aspectos econômicos desse fenômeno já foram objeto de numerosas análises. Em particular, os estudos de CELSO FURTADO explicaram-nos perfeitamente e situaram o subdesenvolvimento como uma fase do processo da integração econômica mundial. Nosso objetivo, neste artigo, será procurar descobrir as transformações *políticas* que as revoluções do Terceiro Mundo estão induzindo no sistema das relações internacionais e discernir as chances de renovação no domínio das *idéias políticas* que o fenômeno pode oferecer aos filósofos da comunidade internacional.

ANALISE SÓCIO-HISTÓRICA DAS REVOLUÇÕES DO TERCEIRO MUNDO

Se percorremos a história dos dois últimos séculos numa visão panorâmica, procurando captar as características específicas das revoluções do Terceiro Mundo, comparadas às do mundo liberal e às do mundo socialista, vemos esboçar-se o seguinte esquema necessariamente um tanto simplificado:

Nas revoluções *liberais*, das quais a primeira foi a da Inglaterra (1688), o valor supremo é a liberdade. Arrebatase o poder das mãos de um rei absoluto ou de um monarca estrangeiro, para restituí-lo à nação soberana. Todos os países do mundo "ocidental" passaram por uma revolução desse tipo. Nêles, a educação "nacional e cívica" inculcava em todos os cidadãos o horror a qualquer regime que atentasse contra suas liberdades políticas, mesmo se tivesse o intuito de instaurar um mínimo de igualdade e fraternidade.

Cedo, entretanto, verificou-se que a liberdade fôra conquistada apenas em proveito dos ricos. Teóricos ingleses e franceses da revolução liberal, como LOCKE e GUIZOT, o reconhecem, aliás, abertamente. O que êles, porém, nem sem-

pre perceberam foram as conseqüências da nova situação criada: no âmbito interno de cada nação “liberal” —a opressão dos pobres e a divisão do país em classes irreconciliáveis; no plano internacional— a emergência do fenômeno do imperialismo, pelo qual as nações ricas do mundo ocidental escravizavam o resto do mundo. Nos dois planos, e apesar de se tornar cada vez mais evidente o afastamento da idéia original de libertação dos povos, as classes e as nações beneficiárias da situação continuaram por muito tempo a exaltar sua missão civilizadora e a se crerem os apóstolos da liberdade e do progresso,

Não será para destruir a liberdade, mas para corrigir-lhe os abusos, que as revoluções *socialistas*, a partir da metade do século XIX, desfraldarão a bandeira da luta de classes e da igualdade. MARX e LENINE darão a essas reivindicações socialistas uma filosofia e um método de ação. Hoje, todos os países do bloco “oriental” têm em seu passado a experiência de uma revolução socialista. Como sempre na História, a mais violenta de todas, a revolução russa, assumiu um caráter exemplar. Sua idéia-fôrça foi a igualdade: igualdade dos homens, dos povos e das raças.

Em alguns países, como os da Europa Central, por exemplo, a revolução foi introduzida pela fôrça de um exército vitorioso. Não era necessariamente a melhor resposta adaptada às contradições internas daquelas sociedades. Independentemente dêste fato, deve-se constatar que, na revolução socialista, o afastamento do ideal primitivo nasceria de uma necessidade teòricamente provisória: para garantir a igualdade entre os homens, é necessário privar de liberdade aqueles que abusam de seu poder. Entretanto, o receio de ver renascer os abusos e a cobiça de governar sem controle provocam o desejo de esmagar qualquer oposição política. A conseqüência é o totalitarismo. Como nos desvios do liberalismo, pode-se chegar a uma divisão do país em dois estratos: chamam-nos o “povo” e os “inimigos do povo”, designações inteiramente arbitrárias conformes à fidelidade ao govêrno do momento. A literatura soviética dêsses últimos anos é rica em informações sôbre o problema e a lite-

ratura chinesa o será também, sem dúvida, dentro de alguns anos.

As revoltas que, por falta de um nome consagrado, são chamadas provisoriamente de revoluções do Terceiro Mundo, se inscrevem na continuidade histórica das experiências precedentes. Isto é, as lutas pela liberdade e pela igualdade. Durante muito tempo escravizadas política e economicamente, estas jovens nações do mundo árabe, da África, da Ásia querem antes de mais nada conquistar sua *independência*. De preferência pela violência, porque ela exalta o sentido da comunidade nacional. Tratadas como inferiores, ofendidas em sua dignidade, dão enorme importância ao fato de serem reconhecidas como iguais: para elas a entrada na ONU, onde seu voto vai ter o mesmo peso que o dos antigos colonizadores, reveste-se um pouco com a aura de um sacramento religioso: é o símbolo sensível de sua liberdade reconquistada, de sua dignidade (igualdade) reconhecida. Todos os jovens Estados emancipados da colonização se dizem "nacionalistas", à maneira e segundo a moda dos velhos Estados do mundo liberal, e "socialistas", à maneira e segundo a moda da União Soviética, da Iugoslávia ou da China, de acordo com suas preferências. A primeira geração revolucionária inspirou-se, simultaneamente, nas obras de LENINE e nos escritos políticos liberais do Ocidente que ela estudou na Universidade ou que os governos lhes deram tempo de ler na prisão.

No entanto, o que é *específico* das revoluções do Terceiro Mundo não é a inspiração nacionalista (liberdade) nem a inspiração socialista (igualdade). É, a partir duma situação de subdesenvolvimento e de pobreza da qual se tomou consciência, a reivindicação revolucionária da *repartição dos bens* em nome da justiça e da fraternidade. Em primeiro lugar em nome da justiça porque, dizem, a riqueza dos países industriais funda-se em grande parte sobre a exploração dos países colonizados.

Uma literatura enorme, de há quinze anos, desenvolveu este tema que VOLTAIRE, falando precisamente do Brasil, estigmatizava já há dois séculos no *Candide*: "É a este preço, Senhores, que comeis açúcar na Europa". Em nome da fra-

ternidade sobretudo. E é esta, talvez, a grande originalidade do fenômeno "terceiro mundo". Não se salientou devidamente, a meu ver, como o vocabulário revolucionário traduz com exatidão os sentimentos que inspiram tal ou tal tipo de rebelião. Nas revoluções liberais-nacionais que destruíram o poder absoluto dos reis chamam-se "cidadãos" porque já não são vassallos; nas revoluções socialistas que suprimem a desigualdade de classes, o termo favorito é "camarada"; nas revoluções do Terceiro Mundo gosta-se de dizer "irmãos" (o irmão BEN BELLA, o irmão NASSER...). Faz-se mesmo uma sutil distinção entre os países "amigos" (como a União Soviética) e os países "irmãos". É certo que o vocabulário bem depressa se desgasta, mas revela uma realidade que se quer criar. E, sem forçar exageradamente o paralelo entre os três tipos de revolução e a tripla palavra de ordem da revolução francesa, não se pode deixar de relevar o esquecimento rápido da "fraternidade" nas sociedades políticas nascidas de revoluções do tipo "francês" ou "soviético", e, ao contrário, a insistência de todos os chefes do Terceiro Mundo sobre a "fraternidade" a construir.

Em todos os níveis: entre os cidadãos dos jovens Estados, especialmente onde algumas vezes (como em certas regiões da África) a unidade deve ser construída a partir de tribos hostis; entre os membros de um Continente (Estados africanos, árabes ou latino-americanos), em meio aos quais a ausência de solidariedade pode comprometer toda a eficácia na luta; por fim, entre os Continentes; daí expressões como "conferência tricontinental", "conferências de solidariedade afro-asiática" ou "da fraternidade dos povos". Na África oriental o termo *ujamaa*, fraternidade em swahili, tornou-se *slogan* político. Para JULIUS NYERERE, presidente da Tanzânia, este termo exprime o ideal que deve permitir não somente a construção da nação, mas a organização das relações políticas entre os Estados africanos e com todo o resto do mundo.

Salta-nos logo aos olhos que este esquema "simplificado" que expusemos sobre as revoluções modernas calha bastante mal às transformações revolucionárias que sacodem, hoje, dois Continentes: a América Latina e a China popular.

que se dizem muitas vezes, tanto um como o outro, "terceiro mundo" sem, no entanto, se sentirem à vontade nas conferências das "jovens nações". Isto já foi muitas vezes ressaltado e um europeu não terá a pretensão de explicar a latino-americanos porque, tendo feito no início do século XIX uma revolução liberal, copiada da Europa, se encontram, um século e meio mais tarde, numa situação econômico-social tipicamente de Terceiro Mundo. Historiadores e sociólogos deste Continente já elucidaram o problema e propuseram saídas. É talvez mais interessante, para latino-americanos, saber que sua experiência histórica é, hoje, objeto de estudos da parte da elite africana inquieta por ver uma importação, por parte da África, de "modelos" europeus, norte-americanos, soviéticos ou chineses, sem relação com as condições reais de seu país. Por que, perguntam-se os jovens africanos, os libertadores do início de século XIX obtiveram, na América Latina, um resultado exatamente oposto àquele que se produziu na Europa, esta Europa que pretendiam imitar? Nessas pesquisas eles tiram, aliás, as mesmas conclusões que os melhores sociólogos sul-americanos contemporâneos: uma doutrina política do desenvolvimento não pode ser importada. Querer copiar um modelo estrangeiro revolucionário é, sem dúvida, a mais radical forma de alienação. Ela conduziu no passado a impasses e hoje conduz espíritos, mesmo brilhantes, a se deixarem fascinar ante receitas políticas sem relação com a sociedade que se pretende transformar.

Na medida em que é possível hoje fazer um julgamento sobre a revolução popular chinesa, crê-se descobrir nela um mal-estar que não deixa de ter analogia com as incertezas e hesitações da América Latina. A China Popular é um país socialista? É do Terceiro Mundo? Ela fez uma revolução, inspirada no marxismo-leninismo, numa situação sócio-econômica muito diferente daquela na qual MARX e mesmo LENINE pensaram. Se bem que, numa primeira fase, o partido comunista chinês procurasse apoiar-se sobre o proletariado industrial das grandes cidades (Changai, Hankeou, Cantão . . .), o fracasso desta primeira tática levou MAO TSE TUNG a rever a teoria, a colocar em primeiro plano a

revolução camponesa e, por isto mesmo, a se aproximar das condições próprias do Terceiro Mundo não industrializado.

A aproximação era ainda mais fácil porquanto a China sofreu por parte do imperialismo ocidental tanto quanto os países diretamente colonizados. No entanto, o equilíbrio da China está longe de ser atingido. Assim como a América Latina não é nem de todo liberal nem totalmente Terceiro Mundo (tem regimes políticos, em geral, do tipo "democrático", socialmente "abertos", no sentido que CELSO FURTADO atribui a esta palavra em *A Pré-Revolução Brasileira*, mas também enormes populações marginalizadas que em nada participam da vida do país), do mesmo modo a China, que não é nem totalmente socialista (marxista-leninista) nem totalmente Terceiro Mundo. Pelo fato mesmo de sua incômoda situação "entre dois tipos de revolução", essas duas regiões são as mais interessadas em encontrar uma saída rápida para seu problema: é nelas que se teria a chance de encontrar a ebulição ideológica mais fervente, senão a mais rica. No entanto, vendo-se sua instabilidade presente, êsses dois Continentes ficaram um pouco marginalizados. Talvez participassem pouco na transformação do sistema internacional que os "cinco grandes" quiseram instaurar em 1945. É esta reviravolta radical da organização internacional, consequência da entrada do Terceiro Mundo no sistema das relações mundiais, que nós queremos examinar agora. Quais as chances que se oferecem hoje aos jovens Estados para darem à comunidade internacional um impulso novo, do qual seriam êles próprios os primeiros a tirar proveito?

TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL, CONSEQUENTES À ASCENSÃO DO TERCEIRO MUNDO

Se tomamos a ONU como um espelho a refletir as correntes que atravessam o campo político internacional, é fácil perceber nela as mudanças trazidas ao sistema de relações internacionais pela ascensão dos jovens Estados à independência.

Depois de curto período (1945-1947) em que os "cinco grandes", vencedores do fascismo em 1945, e sempre teoricamente unânimes, tentaram fazer funcionar um sistema

coletivo de segurança segundo a Carta de São Francisco, chega para a ONU uma fase —a da guerra fria, 1948-1954— quando os dois blocos se enfrentam. Mas, até essa hora, apesar da presença de Estados marxistas e certo alargamento da participação, o sistema internacional não é ainda essencialmente diferente do “concerto das nações” que conheceu o século XIX, isto é, nêle a substância do poder reside nas mãos das grandes potências militares e econômicas. A História registra as rivalidades dos grandes, mas os pequenos não são considerados. E porque não há senão duas potências consideradas nesta época, os Estados Unidos e a União Soviética, o sistema é chamado bipolar.

Depois de 1954-1955 assistimos a uma reviravolta rápida dêste sistema bipolar. Cada ano uma dezena de jovens Estados entra na ONU, estando os Estados Unidos e a União Soviética em rivalidade, sobretudo na ajuda para apressar as emancipações. Mas, êsses recém-vindos, que a partir de 1962 disporão de maioria numérica na Assembléia Geral, recusam-se a alistar-se num ou noutro bloco. O Secretário-Geral, DAG HAMMARSKJOLD, favorece com tôda a sua autoridade esta atitude “neutralista” que lhe parecia suscetível de arrancar a organização internacional da paralisia a qual fôra condenada pela rivalidade dos “dois grandes”. A eleição do birmanês U THANT para o cargo de Secretário-Geral, em 1961 —contra a vontade de KRUCHEV, que propunha uma “troika” de secretários— consagra a preponderância do Terceiro Mundo nas Nações Unidas. Sob o impulso de U THANT os interesses deslocam-se. Os pareceres das repúblicas sul-americanas, que até há pouco seguiam fielmente a liderança de Washington, juntam-se agora sempre mais freqüentemente ao côro do Terceiro Mundo. Uma vez superada a crise de Cuba não se cuidará mais do duelo entre os dois supergrandes que, até 1962, monopolizou as atenções e ameaçou a paz do mundo.

Para o futuro, trata-se menos de preservar a paz dos grandes do que de proteger os pequenos contra os grandes. A maior preocupação de todos os membros da ONU, inclusive os grandes, veio a ser o “desenvolvimento”, a nova disparidade de vida entre os países ricos e os pobres, o perigo

que esta defasagem acarreta à paz mundial. De órgão secundário em 1945, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com todo seu cortejo de instituições especializadas, pelas quais coordena as atividades em favor do desenvolvimento da agricultura, da proteção da saúde e do trabalho, do progresso da educação, com tôdas as suas comissões e conferências para a defesa dos direitos do homem, para a transformação das regras do comércio, com todos os seus "programas" para o desenvolvimento industrial, para a alfabetização, para a luta contra a fome— está para se tornar um organismo chave das relações internacionais.

Sem dúvida, pela primeira vez na História, vê-se um grupo de Estados fracos (econômica, política e militarmente) impor seu ponto de vista e suas preocupações a Estados ricos e poderosos. Trata-se de uma situação transitório, devida a alguma circunstância excepcional que não durará? Seria talvez a impotência momentânea dos supergrandes em usar de seu superpoder por causa do perigo das armas modernas que ainda não sabem controlar? Ou quem sabe se trate de um fenômeno de "democratização universal",* ou seja, os pequenos e os pobres conquistando seu lugar no sistema político, afirmando seus direitos que devem ser ouvidos, e tomando parte nas decisões que lhes tocam?

É curioso, em todo caso, ver as organizações internacionais "invadidas" pelo Terceiro Mundo como as assembleias nacionais da Europa Ocidental foram, pouco a pouco, invadidas, no decorrer do século XIX, pela ascensão dos partidos populares. Essas instituições procuram renovar em escala mundial as grandes decisões que permitiram às sociedades políticas, saídas da revolução industrial na Europa e na América do Norte, realizar certa igualdade econômica na liberdade política, e mesmo certa fraternidade na forma de segurança social e de generalização de bem-estar: graças ao sufrágio universal, à instrução obrigatória, ao sindicalismo...

Hoje, os Estados do Terceiro Mundo, outrora vítimas do imperialismo das grandes potências, usam a Organização

* A expressão é de JOHN BURTON, politicólogo australiano em sua obra *International Relations: a General Theory*, Cambridge University Press, 1965.

das Nações Unidas para repetir, cinquenta ou cem anos depois, a operação que conduziu as classes desfavorecidas das sociedades industriais do Ocidente a conquistar a igualdade e participação no poder. Usam de toda a força de suas vozes, numerosas e barulhentas, para fazer pressão e para tornar dura a vida dos "notáveis" da ONU. Reclamam um "justo salário" em troca de seus produtos e de seu trabalho. Precipitam a alfabetização e a escolarização, condições de sua emancipação, como antes a instrução obrigatória foi condição de progresso para os Estados desenvolvidos.

É claro que não podem ser levadas muito longe a situação do proletariado dos países industrializados, no século XIX, e a situação global desses "proletariados" do mundo ocidental, que seriam hoje os Estados do Terceiro Mundo. As situações são muito diversas para que a emancipação de uns e de outros possa seguir os mesmos caminhos. E a ONU nada tem de comparável com esses centros de decisões políticas que são os órgãos de um governo nacional. O que pretendemos pôr em relêvo é a chance histórica que parece ser oferecida, nestes anos, às nações do Terceiro Mundo para fazer na sociedade internacional um progresso comparável àquele que constituiu o estabelecimento das instituições democráticas em nível nacional. Para retomar nossa comparação inicial, a subida do Terceiro Mundo pode ter, em plano internacional, conseqüências semelhantes ao que foi a subida do "Terceiro Estado" nas sociedades de regime antigo. No entanto, não se alcançará este resultado senão sob certas condições que ainda não estão totalmente claras e que deveriam ser objeto de estudos e pesquisas no campo da sociologia política e da sociologia das relações internacionais. De forma breve indicaremos dois condicionamentos.

A primeira condição é a descoberta duma *doutrina original do desenvolvimento político*, adaptada à situação particular de cada região. Ao passo que as revoluções liberais e sociais dos países desenvolvidos foram feitas após longa preparação doutrinária — os filósofos e os pensadores políticos ingleses, franceses, alemães, americanos, italianos, russos... dos séculos XVIII e XIX — as revoluções do Terceiro Mundo tiveram freqüentemente como iniciadores homens que,

por falta de tradição política em seu país, se inspiravam no estrangeiro, aplicando (bem ou mal) a doutrina a situações sócio-econômicas muito diversas das da Europa. Daí uma tentação de oportunismo que é particularmente evidente nas revoluções sucessivas do mundo árabe desde 1910: os líderes nacionais procuram imitar o modelo que parece triunfar na ocasião. Primeiramente o britânico; depois o fascista; mais adiante o soviético; a seguir o chinês... Hoje, felizmente, constata-se no conjunto da África negra, mas sobretudo em homens como JULUIS NYERERE na Tanzânia, LEOPOLDO SENGHOR no Senegal, TOM MBOYA no Kênia, um esforço muito mais sério para elaboração duma doutrina política do desenvolvimento que não mais se contenta em copiar dos outros Continentes. Na América Latina já existe todo um considerável conjunto de doutrina política sôbre o desenvolvimento. Aqui não é lugar de se falar nisso, mas a juventude universitária parece relativamente pouco atenta a essas pesquisas de sociologia política: sua impaciência leva-a a modelos pretensamente rápidos de desenvolvimento, em particular o regime chinês, do qual pouco se conhece realmente, e que poderia revelar-se uma forma de alienação tão perigosa quanto, há um século e meio, o fascínio pelo modelo europeu.

Por isso, não será suficiente elaborar uma doutrina original do desenvolvimento político. Uma verdadeira *formação política internacional* é igualmente necessária no grande jogo da coexistência internacional. Ora, há, com razão, muitas preocupações por formação "econômica", mas parece haver muito menos por formação política responsável. (...) No futuro a paz depende tanto —talvez mais— das decisões que tomarem os jovens Estados quanto das tomadas pelos grandes. Trata-se de nova manifestação do fenômeno de "democratização" do sistema internacional. Numa estrada de grande circulação, o tráfego pode tornar-se perigoso por causa tanto do condutor imprudente de um pequeno veículo quanto de um hábil motorista que perde o contrôle de um grande caminhão. Assim num sistema internacional, onde os blocos perdem sua importância e onde os pequenos, unidos,

a ganham, o essencial será fazer de modo que cada uma dessas unidades adquira uma perícia suficiente na arte de "dirigir".

Em política, também o analfabetismo é perigoso: seria útil precisar o que deveria ser hoje o conteúdo duma formação política internacional, que evite aos responsáveis iniciativas públicas de lançamento de seu país em estereis aventuras.

Em particular, o uso da força, o recurso à violência nas relações políticas do século XX mereceriam um estudo sociológico específico. Provavelmente a magia desempenhou uma função nas sociedades humanas. Ela foi o mecanismo sociológico particularmente eficaz para preservar o homem do medo dos fenômenos naturais (epidemias, catástrofes da água, do fogo, dos ciclones . . .) durante o tempo em que as ciências desses fenômenos não ofereciam uma proteção suficiente. Em certo momento a magia deixa de ser um dispositivo eficaz. No grau de solidariedade planetária a que a humanidade chegou hoje em dia, com a unificação do campo diplomático internacional e com a invenção de armas de destruição maciça, não é mais definitivamente certo que o recurso à violência organizada possa continuar realizando a função social que exerceu até agora na História.

Rivalidades de interesses e conflitos ideológicos entre os grupos políticos subsistirão; mudar-se-ão, porém, os mecanismos sociológicos de solução. O "b a bá" de uma formação política internacional consiste em conhecer essas transformações do dado social. Carentes destes conhecimentos, os esforços do Terceiro Mundo para modificar as relações internacionais correm o risco de ser decepcionantes. Armado, ao contrário, com esses instrumentos de conhecimento — como o médico que sucede ao feiticeiro na luta contra o mal — o Terceiro Mundo está capacitado para fazer a sociedade internacional — e muito particularmente as *idéias políticas* sobre convivência humana — dar realmente um passo avante, incomparavelmente mais importante do que o realizado pela ascensão do Terceiro Estado nas sociedades de qualquer regime.

A expressão "democratização da sociedade internacional", que empregamos várias vezes, exprime bastante bem este movimento de fundo no qual a irrupção do Terceiro Mundo na Sociedade dos Estados arrasta hoje a comunidade humana. É a face *política* do fenômeno de integração mundial cuja face econômica se chama "desenvolvimento". Ambos — democratização universal, desenvolvimento econômico — vingarão juntos ou fracassarão juntos. Talvez alguns ainda não hajam tomado suficiente consciência da conexão necessária entre as duas faces do mesmo fenômeno. Trata-se, pois, de aprender a "coexistir", não de se constrengir em um falso universalismo que não vê futuro senão na vitória de uns sobre outros.

CONCLUSÃO

É notável que a Igreja Católica que, por tantas razões históricas deploráveis, não se sensibilizou nem mesmo se interessou pelas revoluções liberais ou socialistas (as quais, conseqüentemente, se fizeram freqüentemente contra ela), se haja sensibilizado imediatamente no tocante à ascensão do Terceiro Mundo. Com efeito, entre as aspirações dos povos pobres à justiça e o Evangelho de JESUS CRISTO há uma harmonia, de qualquer maneira, imediata. O desafio da *fraternidade* resume o que há de mais essencial na mensagem evangélica. Também a Igreja coopera com êsse imenso esforço de liberação humana na mais completa colaboração, velando, segundo sua missão, para que essas revoluções não se desviem demais de sua inspiração fundamental, não derivem para formas restritas demais ou ilusões de fraternidade onde o caminho do progresso, dizem alguns, deveria passar pelo ódio e pela destruição do adversário.

A fraternidade total é, sem dúvida, um ideal a que o peso do pecado original sempre impedirá os homens de dar realização completa. Mas a novidade de nosso tempo é que uma sociedade de homens é técnica e sociologicamente possível. (...)

A ascensão do Terceiro Mundo — uma das vagas desta "onda ascendente da planetização humana" — deverá cumprir-se em formas institucionais renovadas da sociedade in-

ternacional. Um nôvo Direito Internacional está para ser inventado hoje. Será, sem dúvida, bastante diferente do Direito Internacional clássico, criado na Europa a partir do século XVI, o qual ainda hoje, na prática, rege mais mal do que bem as relações entre os Estados. Quanto mais cedo os juristas do mundo ocidental, do mundo socialista e do Terceiro Mundo concordarem em elaborar um Direito que tenha em conta a entrada do Terceiro Mundo e suas necessidades, tanto mais cedo se poderá esperar um funcionamento útil da organização internacional. Mas, êste é outro aspecto das transformações que o Terceiro Mundo trouxe à vida política internacional. Deixemos aos juristas o cuidado de lhe deduzir as conseqüências.